

Relatório Completo 30/09/2015 às 15:22:43

Total de (3) Proposições.

### PL 6484/2013

**Autor:** Deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA)

**Relator:** Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ)

**Status:** encerrado **Tema:** Relações de Consumo **Prioridade:** Sim **Notas Técnicas:** Não

<b>Foco</b>	Regular programa de milhagem Árvore de apensados e outros documentos da matéria  modificado em 29/09/2015 às 09:59
<b>O que é</b>	Regulamenta os programas de milhagem das companhias aéreas. modificado em 29/09/2015 às 09:59
<b>Situação</b>	CD ? CVT, aguardando parecer da relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ) modificado em 29/09/2015 às 09:59
<b>Nossa Posição</b>	DIVERGENTE O PL promove indevida intervenção, restringindo a livre organização e gestão [pelas empresas aéreas] de programas de bonificações e prêmios aos seus consumidores, que, certamente, implicará no desestímulo a investimentos em novos programas e até mesmo na manutenção dos atuais, podendo vir a prejudicar os próprios consumidores.  modificado em 29/09/2015 às 09:59

### PL 4015/2012

**Autor:** Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT)

**Relator:** Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

**Status:** encerrado **Tema:** Relações de Consumo **Prioridade:** Sim **Notas Técnicas:** Não

<b>Foco</b>	Regular programas de milhagens Árvore de apensados e outros documentos da matéria  modificado em 28/09/2015 às 17:46
<b>O que é</b>	Proíbe a prescrição do direito do participante de programas de milhagem aos pontos acumulados junto a qualquer empresa, bem como a fixação, pelo fornecedor, de prazos de validade ou expiração, facultando esta quando os pontos não forem utilizados, nos casos de encerramento da conta pelo consumidor e com anuência expressa do mesmo para esse fim, determinando a aplicação de sanções administrativas e penais aos infratores, além de estabelecer que os pontos devem reverter à conta do consumidor e creditar o dobro dos pontos prescritos ou expirados. modificado em 28/09/2015 às 17:46
<b>Situação</b>	08/09/2015 - Remessa ao Senado Federal. Inteiro teor 01/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Aprovada a Redação Final. 26/08/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Designado Relator da 15

Redação Final, Dep. Efraim Filho (DEM-PB). Apresentação da Redação Final n. 1 CCJC, pelo Deputado Efraim Filho (DEM-PB). Inteiro teor  
19/08/2015 - Encerramento automático do Prazo de Recurso. Não foram apresentados recursos.  
07/08/2015 - Prazo para apresentação de recurso (5 sessões a partir de 10/08/2015)  
modificado em 30/09/2015 às 11:33

---

## Nossa Posição

### DIVERGENTE

O PL interfere, indevidamente, na relação contratual estabelecida entre a empresa transportadora e os seus passageiros, uma vez que os programas de fidelidade são oferecidos como forma de premiar ou bonificar os usuários pela compra de produtos ou serviços, cabendo a eles, voluntariamente, aderir ou não ao programa.

A intervenção do Estado a pretexto de proteger interesses dos usuários, na forma e nas condições propostas, afetará o equilíbrio econômico-financeiro dos programas de fidelidade, desestimulando as empresas de investir no lançamento de novos programas, podendo implicar na redução e extinção de benefícios atualmente assegurados, em detrimento dos próprios consumidores.

modificado em 28/09/2015 às 17:46

---

## PL 156/2007

**Autor:** Deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT/BA)

**Relator:** Deputado Ademir Camilo (PROS-MG)

**Status:** encerrado

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Não

**Notas Técnicas:** Não

### Foco

Programa de milhagem  
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 17:18

### O que é

Dispõe sobre a utilização dos prêmios em milhagens aéreas de agentes ou servidores públicos e dá outras providências.

modificado em 28/09/2015 às 17:18

### Situação

02/09/2015  
Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )  
Arquivado nos termos do artigo 133 do RICD (rejeição na Comissão de mérito).  
modificado em 28/09/2015 às 17:20

### Nossa Posição

DIVERGENTE  
O PL propõe que na aquisição de passagens aéreas por órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, da União, Estados, DF e Municípios, poderá ser estabelecida margem de preferência em favor das empresas de transporte aéreo de passageiros que mantenham programas de fidelidade e que assegurem vantagens ao órgão ou entidade que custear o deslocamento de seus agentes. A margem de preferência não poderá exceder ao montante, incidente sobre o preço das passagens fornecidas pelas demais empresas, correspondente à estimativa mínima de benefício.

O entendimento das empresas aéreas, até o momento, tem sido contrário à possibilidade prevista no PL, inclusive no que se refere às aquisições de bilhetes por pessoas jurídicas privadas. O argumento é que tal possibilidade tem efeito negativo sobre as receitas de vendas de passagens

modificado em 28/09/2015 às 17:18